

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOS PESCADORES DO BAIRRO PONTAL DA BARRA EM MACEIÓ-AL

Anita da SILVA (1); Éder Júnior Cruz de SOUZA (2)

- (1) Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas, Campus Marechal Deodoro, Rua Lourival Alfredo, 176-Poeira-CEP: 57160-000-Marechal Deodoro-AL(82) 3263 1122 anitasilva19@yahoo.com, e-mail
- (2) Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas, Campus Marechal Deodoro, Rua Lourival Alfredo, 176-Poeira-CEP: 57160-000-Marechal Deodoro-AL(82) 3263 1122 anitasilva19@yahoo.com, e-mail edergeografia@hotmail.com

Resumo

O presente projeto de pesquisa pretende realizar uma análise socioeconômica dos pescadores do bairro Pontal da Barra em Maceió-AL, com a finalidade de entender como as políticas públicas estaduais e/ou municipais têm contribuído ou não para o fortalecimento dos arranjos produtivos locais e para o desenvolvimento socioeconômico desse bairro no período compreendido entre os anos de 2004 e 2008. Inicialmente realizou-se revisão bibliográfica sobre as temáticas Políticas públicas, Território, Saberes locais, Sustentabilidade, Agenda Social, Capital Social e Poder local, com base em autores como: Milani, Bava, Jacobi, Rocha; Bursztyn e Oliveira. Posteriormente realizou-se pesquisa de dados em órgãos públicos, e visita de campo na comunidade de e na colônia de pescadores do bairro estudado. Ao final da pesquisa almejamos fazer uma análise para entendermos se as políticas públicas contribuíram ou não para fortalecer os arranjos produtivos locais.

Palavras chaves: Capital social, políticas públicas, poder local

1. INTRODUÇÃO

Segundo Fernandes, quando pensamos políticas públicas, logo nos vêm à cabeça as várias funções sociais possíveis de serem exercidas pelo estado, tais como saúde, educação, previdência, moradia, saneamento básico, entre outras.

Na prática se trata disso, entretanto para que sejam implementadas as diversas políticas em cada área social é necessário definir e compreender a estrutura institucional do Estado que contempla tais funções, ou seja, seu conjunto de órgãos, autarquias, ministérios competentes em cada setor, além do processo de financiamento e gestão. Apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política uma vez que está relacionada ao processo decisório. Isto é, ao Estado é imperativo fazer escolhas sobre que área social atuar, onde atuar, porque atuar e quando atuar (FERNANDES, p. 1).

Um primeiro olhar sobre a estrutura social brasileira pode nos fazer pensar que o Estado investe muito pouco na área social, dado que o grau de desigualdade de renda do país é um dos maiores do mundo (FERNANDES, p.10).

Ainda hoje, no Brasil existe uma discussão em relação ao que realmente é importante para se definir políticas públicas na prática, uma vez que se têm grandes projetos que teoricamente seriam eficientes para a população, mas que na prática não funciona e/ou quando funcionam não são tão eficientes como deveriam.

O Brasil - apesar da arrecadação do Estado chegar a quase 40% do produto interno bruto (PIB) - dedica boa parte de seus recursos públicos para pagamento de dívida, folha salarial ou cobrir os rombos da previdência. Ainda de acordo com esse autor, mesmo com uma quantidade de recursos razoáveis o Estado não consegue direcionar uma quantidade significativa para investimentos em políticas públicas, desta forma limitando a capacidade de planejamento. Planejamento esse que sempre esteve ligado à elaboração de planos e a busca do controle da economia e da sociedade, ao invés de ser visto como um processo de decisão construído política e socialmente com os diversos atores interessados e afetados pelas decisões.

Desta forma, o presente projeto de pesquisa busca uma análise de políticas públicas destinadas aos pescadores do bairro pontal da barra em Maceió Alagoas, para entender se tais políticas estaduais e/ou municipais têm contribuído ou não para o desenvolvimento socioeconômico dos pescadores.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em Alagoas a concentração espacial e de renda são muito maiores que a média nacional e até mesmo do que a nordestina. Ocupando apenas 7% do território, a Região Metropolitana de Maceió (RMM) concentra 37% da população alagoana e 52% da riqueza do Estado (CAMPOS; PÉRICLES; TENÓRIO, 2006).

Entre os bairros da cidade de Maceió, o Pontal da Barra é um símbolo da capital, por abrigar antiga comunidade simples e produtiva ao mesmo tempo, povo trabalhador cujo trabalho masculino tradicional é a pesca. Localizado ao sudoeste da capital alagoana, o pontal já era habitado por colônias de pescadores, antes mesmo de Maceió tornar-se Vila e depois crescer à categoria de Província, os pescadores encontravam na lagoa e no mar o sustento da família.

O bairro possui um alto índice de parentesco, formando assim um conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo e o grupo. Segundo Putnam apud Milani (2002), em uma comunidade ou uma sociedade abençoada por estoques significativos de capital social, redes sociais de compromisso cívico incitam a prática geral da reciprocidade e facilitam o surgimento da confiança mútua. De acordo com Durston apud Milani(2002), o capital social corresponde ao conteúdo de certas relações sociais, aquelas que

combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação, onde proporciona maiores benefícios àqueles que o possuem.

A literatura acadêmica e os relatórios de agências internacionais que tratam do tema do capital social partem de modo quase generalizado, da constatação de que as variáveis econômicas não são suficientes para produzir desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável (MILANI, 2002, p.1). “Ao concebermos o capital social, devemos precisar que a tensão entre o capital e o social é evidentemente complexa e dialética. O capital social refere-se à associação, ou seja, o capital pertence a uma coletividade ou a uma comunidade; ele é compartilhado e não pertence a indivíduos”. Segundo Rocha e Bursztyn (2006), caso se deseje alavancar o desenvolvimento socioeconômico de um determinado local, não basta apenas entender a cadeia produtiva em toda a sua complexidade e extensão, é essencial o entendimento do território onde está inserida a atividade, dentro de sua lógica de produção, que pode se caracterizar por possuir apenas um ou vários elos da respectiva cadeia produtiva.

O desenvolvimento requer o crescimento dos níveis de confiança, cooperação, ajuda mútua e organizacional, é o que tem sido denominado capital social. Quanto maior a capacidade das pessoas de se associarem em torno de interesses comuns, ou seja, quanto maiores os indicadores de organização social, melhores as condições de desenvolvimento.

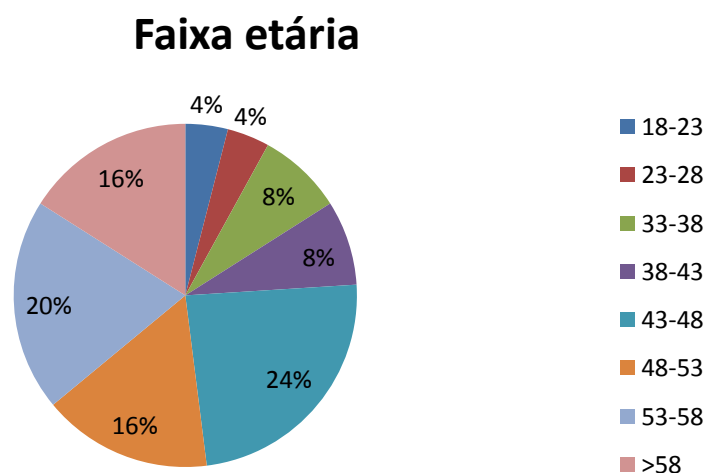
3. METODOLOGIA

Inicialmente realizou-se revisão bibliográfica de autores como: Milani, Bava, Jacobi, Rocha; Bursztyn, que definem Território, Saberes locais e Sustentabilidade, Agenda Social, Capital Social e Poder local. No segundo momento foi realizada pesquisa de dados em órgãos públicos estaduais onde buscou-se encontrar e analisar os programas e projetos de desenvolvimento local e de fortalecimento dos arranjos produtivos implantados no período entre 2004 e 2008.

Posteriormente, realizou-se visita de campo, na comunidade de pescadores afim de contrapor as informações obtidas durante a pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas com a realidade e com os anseios dessa comunidade buscando entender se as políticas públicas implantadas realmente contribuem para o desenvolvimento socioeconômico local.

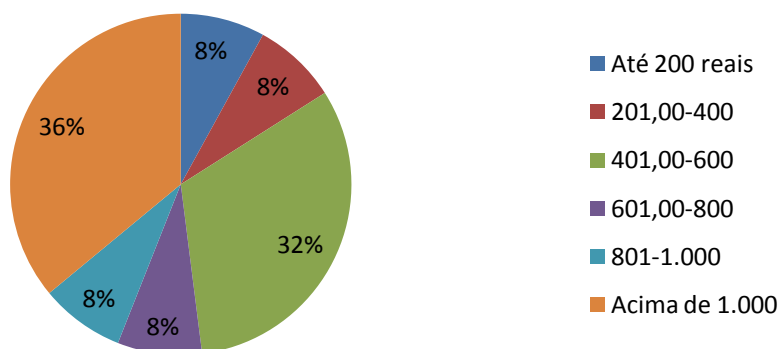
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Com a finalidade de entender a renovação ou não da profissão no bairro estudado, optou-se por começar perguntando a idade dos pescadores, percebe-se que os entrevistados subdividem-se em todas as faixas de idade, mas, é notável que os de idade entre dezoito e trinta e oito anos, apareceram em menor porcentagem, uma vez que os jovens do pontal da barra, já não vêem mais a profissão como uma alternativa de fonte de renda, devido à diminuição do pescado, mesmo sendo uma profissão passada de pai para filhos, essa tradição está diminuindo dia após dia. (gráfico 1).



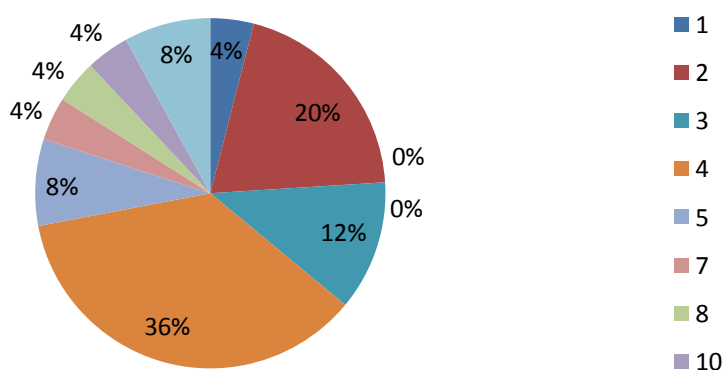
Quando perguntado a renda média da família, observou-se que a maior parte dos entrevistados ganha valores iguais ou superiores a mil reais, fato significativo, uma vez que o estado ainda segue um modelo de concentração de renda, e baixo índice de desenvolvimento. Ressaltando que a renda é de todos da família, e não apenas dos pescadores. Como os pescadores residem em um bairro, onde o índice de parentesco é elevado, percebe-se uma maior cooperação, ajuda mútua e organizacional entre os mesmos (gráfico 2).

Faixa de Renda Média da Família



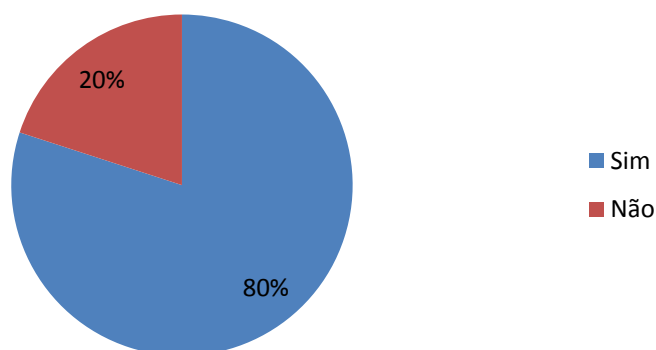
Quando perguntado quantas pessoas na residência, trinta e seis por cento dos pescadores responderam que tem quatro pessoas por residência, o que mostra um resultado razoável em relação à faixa de renda da família (gráfico 3).

Pessoas na residência



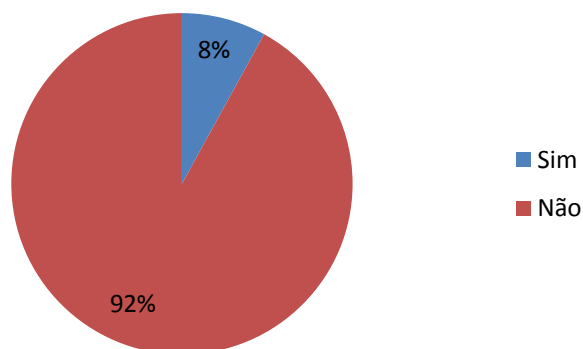
Quando perguntado aos pescadores se seus pais tinham a mesma profissão, oitenta por cento dos entrevistados responderam que sim o que mostra ser uma profissão passada de pai para filho e uma profissão duradoura, quando levado em conta anos de profissão dos pescadores, a maioria está a mais de vinte anos na pesca. Apenas vinte por cento responderam que seus pais não eram pescadores, para eles não é uma profissão herdada, porém necessária.

Profissão dos pais



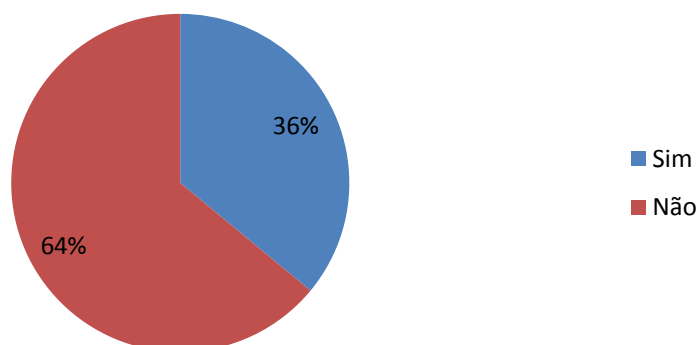
Devido às dificuldades da profissão, noventa e dois por cento dos pescadores não desejam que seus filhos tenham a mesma profissão que eles, incentivam os filhos a buscarem outra profissão, tanto é que no bairro o índice de universitários tem aumentado, já não vêem futuro como pescador, por isso não desejam que seus filhos sigam nessa profissão. Apenas oito por cento dos entrevistados responderam que sim, mas deixaram claro, que não é um desejo, mas sim, se for da vontade de seus filhos herdar a profissão, tudo bem, não incentivaram outra.

Filhos com mesma profissão



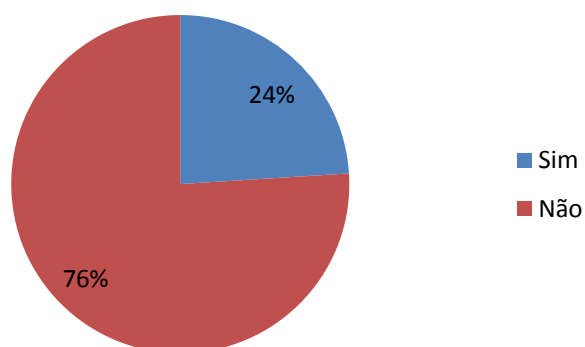
Quanto aos fatores ligados ao associativismo e ao cooperativismo observa-se que mais de 50% dos pescadores não participam de associações, no bairro existe duas associações, uma dos pescadores e outra dos moradores, alguns dizem não estarem associados a colônia de pescadores devido à colônia está falida, alegam que não há recursos, sendo assim para eles não é interessante estarem associados. Em entrevista com o presidente da Colônia de pescadores Z-2, Vieira Lima o senhor João Francisco, esclareceu que muitos dos associados só frequentam a colônia quando os fatores econômicos estão indo bem, quando percebem que não tem dinheiro todos vão embora, ficando apenas ele, é preocupante essa falta de articulação dos pescadores. Hanifan apud Milani (2002) parte da idéia de que as redes sociais podem ter valor econômico, e que o capital social é o elemento tangível que mais contam na vida quotidiana das pessoas tais como a boa vontade, camaradagem, simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família. (gráfico 5).

Participação em Associação



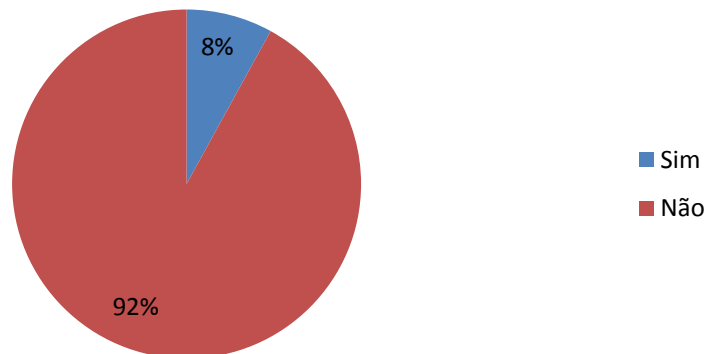
Quando perguntado se eles já foram beneficiados com algum programa do governo a maioria respondeu que não, e ainda ressaltaram “nunca”. Os que responderam sim disseram que receberam financiamento no Banco do Nordeste, o benefício desse empréstimo é que as taxas de juros são menores (gráfico 6).

Benefícios do Governo



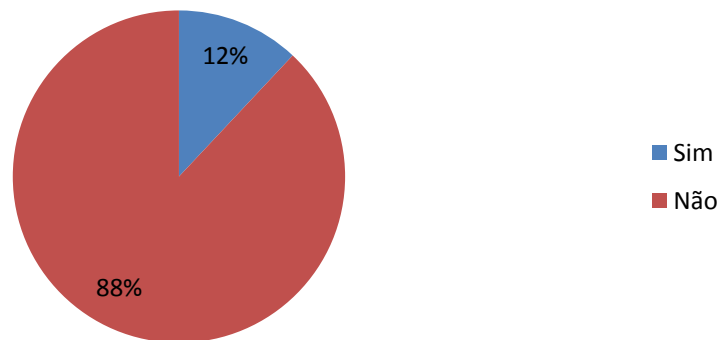
Quando perguntado se os pescadores já receberam algum benefício do governo para exercer melhor a profissão, apenas oito por cento dos entrevistados disseram que sim, esse benefício, segundo eles foi empréstimos para comprar material necessário ao bom desenvolvimento da profissão. Mas de noventa por cento responderam que não receberam nenhuma ajuda do governo, que os políticos esquecem que eles habitam aquele bairro, e que são vistos apenas em tempos de eleições, isso deixa os pescadores revoltados em relação aos governantes, que poderiam oferecer uma assistência aos mesmos, visto a importância da profissão para o Estado, e para a sobrevivência dos pescadores, que encontram na pesca sua fonte de renda (gráfico 7).

Benefícios para exercer a profissão



Ao perguntar se os pescadores já participaram de algum tipo de movimento para pedir ao governo melhorias para a profissão, a maior parte disse que não, que nunca participou, é notável a descrença dos pescadores na profissão, parecem ter caído no conformismo (gráfico 8).

Participação em movimentos para melhoria na profissão



Para finalizar perguntou-se qual a visão dos pescadores para o futuro da profissão no bairro Pontal da Barra e as respostas foram quase que unânime, eles acreditam que se não for feita a dragagem da laguna Mundaú a pesca irá acabar, no momento quase não sai peixe nas redes, devido ao assoreamento o pescado está diminuindo, alguns estão indo pescar no mar, mas para isso é preciso ter lanchas adequadas, nem todos têm, e ainda a pesca no mar oferece riscos. Em algumas palavras os pescadores deixaram sua mensagem em relação às perspectivas de futuro da profissão no bairro do pontal: “Peço ao Governo que faça a dragagem da laguna” “De pior a pior”, “Morrer de fome”, “Péssimo sem futuro”, “Acredita que a pesca não vai melhorar”, mas alguns ainda acreditam em melhoria, dizem que é preciso cuidar da natureza, e que se efetive uma fiscalização por parte dos órgãos ambientais. A falta de políticas públicas acarreta vários problemas no bairro, e como consequência a diminuição da reprodução dos peixes, devido à poluição da laguna, uma vez que não se investe em saneamento básico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a pesca no pontal da barra corre sério risco de se extinção, devido a vários fatores, como o baixo índice de renovação da profissão, onde a cada dia o número de jovens nesta profissão tem diminuído, não esta havendo uma continuidade da profissão por parte dos filhos dos pescadores, a falta de uma maior articulação entre os próprios pescadores devido à descrença dos mesmos para com a profissão e a falta de apoio do poder público para com os pescadores.

REFERÊNCIAS

BURSZTYN, Marcel; ROCHA, Juliana Dalboni. **Território, saberes locais e sustentabilidade:** a busca do desenvolvimento via arranjos produtivos locais.III Encontro de ANPPAS.Brasília-DF, 2006.

BAVA, Silvio Caccia. **A produção da agenda social:** uma discussão sobre contextos e conceitos.Cadernos Gestão Pública e Cidadania, 2003.

CAMPOS, Rochana; PÉRICLES, Cicero; TENÓRIO, Douglas Apratto. **Enciclopédia:** Municípios de Alagoas.2ª ed.Maceió: Instituto Arnon de Melo. 2006.

JACOBI, Pedro. **Poder local, políticas sociais e sustentabilidade.** Saúde e Sociedade, 1999.

MILANI, Carlos. **Teorias do capital social e desenvolvimento local:** lições a partir da experiência de pintadas(Bahia, Brasil). Bahia,2002.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Desafios do planejamento em políticas públicas:** diferentes visões e práticas. Rio de Janeiro, 2005.